

## NOTAS SOBRE A ALTA IDADE MÉDIA NO NOROESTE DE PORTUGAL \*

### *ÉPOCA PALEOCRISTÃ \*\**

Por **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**

A historiografia sobre o Noroeste português, desde a época romana até à manifestação de «Portugal», no século XI, é tão cheia de problemas e as lacunas da nossa informação, sobre tantos aspectos, são tão extensas que só a poderemos intentar muito sumariamente e tacteando entre sugestões. São, porém, estas dificuldades que tornam a época mais merecedora do nosso interesse e atenção.

Faltam-nos muitos elementos para podermos ter uma noção segura sobre a evolução deste período, mas onde

---

\* Este estudo, realizado dentro do Projecto de Investigação P.L-2 do Instituto de Alta Cultura, pouco mais é que a coordenação de algumas observações historiográficas que a docência dos fenómenos arqueológico-artísticos da época me tem suscitado.

Esperamos, já no próximo volume desta Revista de História, continuar o tema durante o período suévico-visigótico e tempos moçárabes.

\*\* Supomos que o fim da época paleocristã, nesta região, se pode colocar, com segurança, nos meados do século VI, com a chegada de S. Martinho de Dume.

escasseiam as certezas têm direito, cientificamente, as hipóteses.

Muitas das sugestões que, agora e na segunda parte deste estudo, iremos expor pertencem a autores como Schlunk, Paiol, J. Fontaine, Diaz y Diaz, Sánchez-Albornoz, J. Orlandis, Mário Martins e outros que têm dado à época o melhor da sua erudição. Com certas apreensões, receosos por termos de andar entre argumentos de *ex silentio* que derivam, sobretudo, da nossa falta de investigação arqueológica, vamos lançar algumas hipóteses que, muito em breve, desejaríamos ver contraditas por nós ou por outros. Sobre o tema esperamos não seja esta a nossa última palavra; a época interessa-nos tanto que não passará muito tempo sem a ela voltarmos.



No Ocidente peninsular a romanização é uma etapa máxima da sua história. Como fenómeno de aculturação que foi e dado o carácter tradicionalista e conservador que a zona do Noroeste hispânico, desde épocas recuadas, sempre evidenciou, esse processo de transculturação foi muito lento. Devido, ainda, à forte personalidade da cultura indígena e, sobretudo, ao facto de ser esta uma zona fortemente atomizada, não só nas suas numerosas populações como nos seus ambientes ecológicos, com um sem número de montes e vales profundos, de rios e riachos, de florestas e zonas húmidas de intensa vegetação, ambiente geográfico nada propício ao regímen explorativo latifundiário, romano, a romanização do Noroeste português<sup>1</sup> tem aspectos muito particulares.

O processo de influência cultural romana começou cedo. No século I a. C. já o numário do Lácio circulava e era estimado. Nos tempos de Augusto esta região é, política e administrativamente, organizada. Devem-se ter lançado algu-bases, talvez muito especiais, para a centurição. Devido à

---

<sup>1</sup> Neste estudo limitamo-nos à zona de Entre-Douro e Minho

viação romana, que então se projecta<sup>2</sup>, à administração e à exploração mineira, aurífera<sup>3</sup>, a romanização vai-se processando, sobretudo, em centros urbanos e comerciais<sup>4</sup>, como Braga<sup>5</sup>. O ouro explorado no seio da terra ou procurado nas areias dos rios e ainda outro comerciado aos indígenas<sup>6</sup> deve ter sido o grande dinamizador desta primeira fase da romanização<sup>7</sup>.

Esta transformação cultural, porém, só deve ter começado a atingir o cerne de parte das gentes castrejas a partir dos meados do século II. É então que muitos castros começam a decair e outros se abandonam, e se nota uma ocupação das terras férteis. A partir dessa altura prefere-se uma

---

<sup>2</sup> Pelo menos três das grandes vias romanas da região, Braga--Lisboa, Braga-Chaves e Braga-Tuy, têm miliários de Augusto.

<sup>3</sup> As grandes explorações auríferas de Valongo, Jales, Trêsminas e em redor de Chaves parecem ter sido contemporâneas e nelas se deve ter começado a trabalhar, intensamente, a partir de Augusto. Além destas jazidas há, em muitos outros locais, testemunhos de busca desse metal, por exemplo, em Mirandela, Agra, Cerveira, Piães, Lagoa Negra, Avintes, Vila Maior, etc. Se nos lembramos ainda que devia ter sido muito intensa a busca de ouro nas areias e lodos dos rios, de cujo labor não nos devem restar testemunhos visíveis, temos de concordar que grande teria sido a febre na procura desse metal como, de resto, Plínio sugere.

<sup>4</sup> Cerâmicas romanas, vidros e moedas bem o garantem. Cfr. Garcia y Bellido, *Los «Mercatores», «Negociatores» y «Publicam» Gomo Vehiculos De Romanizacion*, in «Hispania», 1966, págs. 497 e segs.

<sup>5</sup> A inscrição de Braga, dedicada por um grupo de comerciantes romanos, *ciues romani qui negociantur Bracaraugusta*, entre 42-44 da nossa era, tão brilhantemente decifrada por G. Alföldy (*Um «Cursus» Senatorial De Brocara Augusta*, in «Revista De Guimarães», vol. LXXVI, 1966, págs. 363-372) é um belo testemunho deste processo.

<sup>6</sup> A julgar pelas jóias pré-romanas que nos têm aparecido e imaginando aquelas que ao longo dos tempos se terão destruído e outras que virão a aparecer podemos dizer que os indígenas tinham, em jóias, vultosos stocks que muito cedo os *negociatores* devem ter procurado.

<sup>7</sup> Todos os estudiosos destes problemas, Garcia y Bellido, J. Maria Blazquez. Alberto Balil, Domergue. etc., concordam.

economia agrícola e o povoamento dispersa-se, enchendo-se o Entre-Douro e Minho de pequenas explorações agrárias romanas.

Falta-nos, sem dúvida, investigar e escavar muito para podermos ter ideias exactas sobre a evolução e cronologia deste processo. Há, porém, uma série de testemunhos, baseados, sobretudo, em necrópoles que já não nos deve enganar. Desde Vila do Conde a Baião, desde Rio Tinto até Ferreira, Fafe ou Amarante a rede de cemitérios luso-romanos é tão vasta que nos garante a existência, no século IV, de grupos de agricultores, praticamente, em todas as planícies e vales. A Sul do Douro, desde Espinho a Paiva, verifica-se o mesmo fenómeno.

Devido a certos factores tradicionais, em que os ambientes geográficos e ecológicos tiveram relevante influência, não encontramos no Noroeste de Portugal testemunhos de grandes explorações agrícolas. Nada que se possa comparar com as *villae* do Alentejo ou do Algarve. Se podemos documentar algumas «vilas» com certa notoriedade no Alto Douro<sup>8</sup>, por exemplo, em Canelas<sup>9</sup>, em Tralhariz<sup>10</sup> e no Entre-Douro e Minho, por exemplo, em Freixo, Marco de Canavezes<sup>11</sup>, e mesmo que nos pareça que escavações podessem revelar vivendas romanas de certa sumptuosidade em Meinedo, Lou-

---

<sup>8</sup> Estas «vilas» do Alto Douro deviam ter já como principais produtos o vinho e o azeite. Cfr. Russel Cortez, *As Escavações Arqueológicas do «Castellum» da Fonte do Minho*, sep. de «Anais Do Instituto Do Vinho Do Porto», 1951.

<sup>9</sup> Carlos Teixeira, *Estação Romana de Canelas (Poiars da Régua)*, sep. de «Trabalhos Da Sociedade Portuguesa de Antropologia E Etnologia», vol. IX, Porto, 1939.

<sup>10</sup> Cfr. Russel Cortez. *Mosaicos Romanos No Douro*, sep. de «Anais Do Instituto Do Vinho Do Porto». 1946, pág. 30. Aí se cita a principal bibliografia.

<sup>11</sup> As ruínas que aqui se vêem mereciam uma notícia. Junto. em necrópole, encontraram-se, entre outro material, duas lucernas de disco dos séculos II-III.

sada<sup>12</sup>, em Gilhabreu, Vila do Conde<sup>13</sup>, em Lavra (Matosinhos), etc., temos, porém, dezenas e dezenas de pequenas necrópoles, algumas bem pobres, dispersas pelas agras e vales de Entre-Douro e Minho que nos garantem, na zona e no século IV, um intenso e disperso povoamento.

Por outro lado, apesar da grande densidade de população, não encontramos no *conventus bracaraugustanus* grandes cidades. Os perímetros romanos de Bracara<sup>14</sup> e de Chaves<sup>15</sup>, em comparação com o de alguns castros, Sanfins ou Mosinho, por exemplo, podem considerar-se, relativamente, pequenos. Isto é, a ruralização do Império, nos séculos III e IV, fez-se, nesta zona, não à custa das cidades mas dos castros.

Que esta dispersão da população, motivada na agricultura de parcelas de terrenos, representa algo de muito distinto do viver e da cultura castreja não resta dúvida. É sintoma de uma grande transformação, de uma romanização tardia e peculiar<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre esta falaremos na segunda parte deste estudo quando nos referirmos ao bispado que aí teve sua sede. Adiantemos que, aquando das obras do campo de futebol, descobri diversos fragmentos de sigilata hispânica, pedaços de imitação regional de vermelho pompeiano, um fundo de prato em sigilata clara D e parte de uma lucerna cristã, de tipo africano, do século IV.

<sup>13</sup> Aqui têm aparecido, inclusive, mosaicos. Procedente desta localidade, guarda-se no Museu de Viana do Castelo um bloco de *opus musivário*.

<sup>14</sup> O perímetro romano de Braga está ainda por esclarecer. As transformações urbanísticas citadinas, habituais na época dos Flávios, que atingiram Chaves, deveriam aparecer em Braga, segundo tudo parece indicar. Haverá aqui também diferença entre o perímetro do Alto e o do Baixo-Império? Coincidirá com este o perímetro medieval? Nada sabemos.

<sup>15</sup> Para o estudo do de Chaves cfr. António Montalvão, *Permanece a Urbanística De Aquae Flaviae?*, in «Conimbriga», vol. XI, 1972, págs. 35-39.

<sup>16</sup> Na Cantábria a romanização é também muito especial mas menos intensa e mais tardia. Cfr. J. Gonzalez Echegaray, *Los Cantabros*, Madrid, 1966, págs. 206 e segs., e M. Vigil, *Romanización y Permanencia De Estructuras Sociales En La Espana Septentrional*, in «Boletín Acad. Hist.», 1963, págs. 225-234. Também o cristianismo vai aparecer na zona de modo diverso e em época posterior. Cfr. Gonzalez Echegaray, *Orígenes Del Cristianismo En Cantabria*, Santander, 1969.

Sobre as condições sociais destes lavradores, das suas relações com o fisco ou com magnates da região nada sabemos<sup>17</sup>. Pelo modo ecológico de habitar e pelas alusões de Idácio deviam ser homens livres. A esta população, que, comunitariamente, se encarrega da sua defesa e da sua representação, Idácio chama, por diversas vezes, *plebs*<sup>18</sup>.

Havia famílias ricas que, pelas suas tradições culturais ou pelos serviços prestados, tinham certo predomínio. O mesmo cronista fala na prisão da família do nobre Cantabro, de Conimbriga<sup>19</sup> e, anteriormente, falara de umas disputas com suevos, em Portucale, de que resultou a morte de alguns hispano-romanos, filhos de «boas famílias» — *honestis natu*<sup>20</sup>.

Instalada pelos campos, esta população agricultora, mantendo, ainda vivo, o forte sentido comunitário e defensivo da cultura castreja donde viera, perante o ambiente geral de insegurança, motivado nos movimentos de bandos armados e bagaudicos<sup>21</sup>, nas incursões de piratas, vândalos ou herulos<sup>22</sup>,

<sup>17</sup> Devido ao espírito comunitário, que devia ser ainda forte, é possível que o *patronatus* ou algo que se parecesse com a *commendatio* não tivesse ainda aparecido nesta área, no século V. Para o estudo destes problemas, na Alta Idade Média, ver C. Sánchez-Albornoz, *Las Behetrías*, in «Estudios Sobre Las Instituciones Medievales Espanolas», México, 1965, págs. 9-316.

<sup>18</sup> *Suevi sub Hermerico rege medias partes Gallaecias depredantes per plebem quae castella tutiora retinebat* (Florez, *Espana Sagrada*, 2.<sup>a</sup> edição, Madrid, 1756, pág. 360); *Suevi cum parte plebis Gallaeciae, cui adversabantur, pacis jura confirmant* (Florez, *op. cit.*, pág. 361); *De Aunonensi plebe cui suevorum adversabatur hostilitas ...* (Florez, *op. cit.*, pág. 383).

<sup>19</sup> No ano 465, *suevi Conimbricam dolose ingressi faliriam nobilem Cantabri spoliant et captivam abducunt matrem cum filiis* (Florez, *op. cit.*, pág. 381).

<sup>20</sup> No ano 459, *inter Suevos et Galaico interfectis aliquantis honestis natu malum hostile miscetur* (Florez, *op. cit.*, pág. 376).

<sup>21</sup> Estas, embora atingissem, no ano 454, a zona, vinham de Tarraconense, como diz Idácio. Supomos que na Galécia não havia condições sócio-económicas que favorecessem o seu aparecimento, como, adiante, acerca do priscilianismo havemos de dizer.

<sup>22</sup> Idácio refere algumas destas incursões. Dá também a entender que povos peninsulares faziam o mesmo nas costas africanas.

perante a ameaça dos bárbaros, constroem recintos fortificados para a sua defesa.

Castros como o de Crestuma (Gaia), de Eja (Penafiel), do Alto da Maia e muitos outros devem ter aparecido nesta época. No de Crestuma, referido na nossa mais antiga documentação, da época asturiana, recolhi um fragmento de tégula e aí se pode apreciar um muito original sistema de segurança que pouco ou nada deve às fórmulas castrejas.

O castro de Fiães, Feira, é, arqueologicamente, exemplo melhor conhecido. Neste, conforme revelam as últimas escavações, uma grande zona dentro das muralhas foi ocupada, pela primeira vez, no século IV. Sem negarmos a possibilidade de amanhã encontrarmos, mais no alto, vestígios de ocupação anterior, que, de resto, achados esporádicos parecem garantir, temos todo um largo sector dos séculos IV-V assente no solo natural, sem ocupação anterior. Nas próximas campanhas tentaremos datar as obras de fortificação para esclarecermos estes problemas. Os diversos grupos de casas, ainda que só parcialmente escavados, têm aspecto semelhante e parecem testemunhar um certo nivelamento social entre os ocupantes.

Durante o século V, mercê da intensificação do clima de insegurança social, devido às razias e lutas dos bárbaros, deve-se ter completado a castrificação da zona. Alguns antigos castros como o de Faria, Barcelos, mormente aqueles próximos dos locais onde viviam povos, voltam a ocupar-se. O Monte da Falperra, junto de Braga, parece ter sido um deles<sup>23</sup>. A importância militar de Portucale, de Tuy e de Coyaça, na época suévica, testifica o papel relevante destes pontos altos, fortificados.

Por outro lado é bem significativa a designação dada no *Parochiale* ao Porto: *Portucale, castrum novum*<sup>24</sup>. Embora

---

<sup>23</sup> A escavação revelou, perfeitamente, que, após uma época de abandono, houve uma reocupação tardia. Cfr. Rigaud de Sousa, *A Estação Arqueológica Da Falperra*, sep. de «Arquivo De Beja», vols. XXV-XXVH, Beja, 1970.

<sup>24</sup> Pierre David, *Études Historiques Sur La Galice Et Le Portugal Du VI: Au XII: Siècle*, Lisboa, 1947, pág. 34.

na adjectivação haja a ideia de o distinguir da povoação fronteira — *Portucale, castrum antiquum* — dificilmente se poderá negar que a fortificação de Portucale, na margem direita do rio, não pertence a esta época. Em lugar estratégico, defendido por muralhas, o Porto inicia, verdadeiramente, a sua história.

Se muitos aspectos defensivos destes castros, do fim do período romano, por falta de escavações ou de testemunhos bem conhecidos, estão ainda por esclarecer, há na *Crónica* de Idácio referências altamente elucidativas para o tema que estamos a expor. Diz Idácio que no ano 430, sob Hermerico, os suevos foram abrigados a pedir e a aceitar a paz porque a gente hispano-galaica dispunha dos castelos mais seguros — *castella tutiora retinebat*<sup>25</sup>. Antes, referindo-se aos povos locais, di-los distribuídos por cidades e castros — *hispani per civitates et castella*.

Durante toda a Alta Idade Média estas populações mantêm os seus pontos de defesa que vão ser nomeados na nossa documentação alti-medieval como cabeças de zonas. O seu estudo é essencial para a compreensão do «Portugal»<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Quais as armas defensivas? A nossa ignorância é total. Faltam-nos as espadas desse tempo que os achados ou escavações, avaramente, nos não têm dado. Mas nesta e nas épocas seguintes deviam utilizar-se como armas, sobretudo, os instrumentos de trabalho. Segundo nos ensina a etnografia os populares utilizam, sistematicamente, como armas, os machados, as forquilhas, as enchadas e os varapaus.

A defesa era obra colectiva, embora mais do encargo dos homens válidos. Não creio que entre nós tenham existido, verdadeiramente, «exércitos particulares». Sobre este assunto ver Alberto Balil, *La Defensa De Hispania En El Bajo*, in «Legio VII Gemina», Leon, 1970, pág. 618.

<sup>26</sup> O estudo da castelologia medieval, devido à sua alta importância, tem merecido especial atenção em alguns centros europeus de investigações. Sem quereremos adiantar uma bibliografia, já extensa, sobre o tema, uma vez que o seu estudo fica para depois, pode ver-se uma boa exposição dos problemas em M. Bouard, *Quelques Données Archéologiques Concernant Le Premier Age Féodal*, in «Structures Sociales De L'Aquitaine, Du Languedoc Et De L'Espagne Au Premier Age Féodal», Paris, 1969, págs. 41-62.



Fá-lo-emos na segunda parte deste trabalho porque é mais fácil e seguro abordar o tema a partir dos nossos mais antigos diplomas, indo do mais recente para o mais antigo, que vice-versa.



O século IV apresenta-se, nesta zona, com uma grande vitalidade, documentável na abundância de numário, de vidros, jóias e outros objectos, nas importações volumosas de cerâmicas sigilatas claras, C e D, e em muitos outros testemunhos. Por exemplo, a louça comum sofre nesta época uma grande renovação, recebendo pintura, em muitos casos, e imitando, noutros, as formas e o aspecto de cerâmicas importadas. Este crescimento pode apreciar-se em outros locais, por exemplo, na Bética<sup>27</sup>, em Clunia e em toda a Meseta<sup>28</sup> e no Sul da Gália<sup>29</sup>, mas, nesta zona, ele parece ter sido mais pujante e é muito mais que uma mera «renascença teodosiana». A ele e a um certo entusiasmo epigonal pela romanização se deve atribuir a multiplicação de miliários que as vias romanas galaicas mostram. Muitos estudiosos deste tipo de epigrafia têm ficado surpreendidos com o grande número de marcos miliários, de época tardia, existentes, sobretudo, no *conventus* bracaraugustano, alguns dos quais pertencem a imperadores

---

<sup>27</sup> J. Maria Bloqueio, *Estructura Economica Y Social De Hispania Durante La Anarquia Militar Y El Bajo Imperio*, Madrid, 1961, pág. 2,0.

<sup>28</sup> P. Paiol, *Estado De Da Investigación Prehistorica Y Arqueologica En La Meseta Castellana*, in «Congreso Nacional De Arqueologia», Zaragoza, 1966, pág. 34.

<sup>29</sup> M. Labrousse, *Toulouse Antique*, Boccard, 1968, pág. 572. As termas de Hillère foram construídas nos meados do século IV aproveitando fonte sagrada e curativa. Que no Entre-Douro e Minho as termas de águas medicinais de Vizela, Santa Eulália de Aguas Santas (Barcelos), S. Vicente e outras foram utilizadas, no século IV, não resta dúvida. Só não podemos garantir, por falta de escavações, que tenham começado só nessa época.

transitórios e de bem pouca importância<sup>30</sup>. Nostrand<sup>31</sup> procurou compreender esse fenómeno por uma possível tentativa imperial de pôr em reexploração os jazigos galaicos de minério aurífero. Esta explicação não convence<sup>32</sup> até porque não há testemunho dessas tardias explorações.

Esta romanização tardia do Noroeste português, com uma pujante e criadora fase ao longo dos meados e da parte final do século IV, quando o Império era, velada ou declaradamente, cristão, favoreceu muito a expansão do cristianismo, tanto mais que não devia ser ainda muito arraigada e forte a tradição cultural pagã<sup>33</sup>. A cristianização coincide em parte com a última fase da romanização.

Não admira, pois, que os melhores espíritos galaicos da época, embora orgulhosos da sua romanidade, fossem cristãos<sup>34</sup>. Entre eles citemos Prisciliano<sup>35</sup>, Paulo Orósio,

---

<sup>30</sup> A lista mais completa, para esta zona, é ainda a de Martins Capella, apesar dos novos achados, *Milliarios Do Conventus Bracarau-gustanus Em Portugal*, Porto. 1895. Cfr. a lista omissa, mas significativa, dada por J. Maria Blaquez, *op. cit.*, págs. 157-159.

<sup>31</sup> Citado apud Claude Domergue, *Les Minas D'Or Du Nord-Ouest De La Péninsule Ibérique*, in «Legio VII Gemina», Leon, 1970, pág. 274.

<sup>32</sup> Estes miliários e reformas viárias, obra da organização local, deviam ser realizadas já pelo sistema das geiras de tipo medieval. Deste sistema terá recebido a Jeira o nome.

<sup>33</sup> Como diz Gaudemet, acerca da Renânia, a aristocracia ocidental era mais fácil de conquistar que a de Roma. Ela não tinha tradições gloriosas a defender. Cfr. Gaudemet, *L'Église D'Occident Et La Rhénanie*, in «Rome Et Le Christianisme Dans La Région Rhénanie», P. U. F., 1963, pág. 9.

<sup>34</sup> Até que ponto nesta região o cristianismo terá tirado chefes à administração romana? Difícil é responder. Se por um lado Paulo Orósio abandona a Galiza e, cristamente, vai para o Oriente, por outro. Idácio, apesar de ser bispo e talvez por isso, à maneira medieval, actua politicamente. Para esta questão cfr. A. Momigliano, *Christianity And The Decline Of The Roman Empire*, in «The Conflict Between Paganism And Christianity In The Fourth Century», Londres, 1960, págs. 1-16.

<sup>35</sup> Prisciliano foi um grande espírito e os seus itinerários mostram bem a romanidade. Sobre este personagem indicar-se-á adiante alguma bibliografia.

um dos «founders» culturais da Idade Média<sup>36</sup>, Avito<sup>37</sup>, Idácio<sup>38</sup>, etc. O cronista aquiflaviense, como autêntico bispo medieval, encarrega-se de uma embaixada político-militar junto de Aécio e de negociações com os suevos. Certamente por ser um dos chefes responsáveis de hispano-romanos chegou a estar preso, como relata na sua crónica.

A inexistência de uma arraigada e tradicional cultura pagã, romana, e as perdurações e reminiscências de velhas tradições e formas de ser, indígenas, ajudar-nos-ão a compreender algumas características do paleocristianismo do Noroeste. É bem sintomático que em toda a România seja esta a única zona a designar os dias da semana, não à romana, mas de forma cristã<sup>39</sup>. Sabe-se que a Igreja procurou apagar os nomes que os romanos tinham para designar os diversos dias da semana. Na sua Crónica Idácio usa já a designação eclesiástica. São Martinho de Dume ataca aquela nomenclatura pagã, que coloca sob a protecção de divindades romanas os dias da semana, mas fá-lo, como diremos em outra altura, mais por influência de uma tradição literária cristã que por ter os olhos na realidade bracarense do seu tempo<sup>40</sup>. Cremos bem que a singularidade portuguesa, na

---

<sup>36</sup> Segundo o conceito de Rand. Óptima exposição sobre o assunto. clara e profunda, acompanhada da última bibliografia orosiana, pode, proveitosamente, ler-se em H. I. Marrou, *Saint Augustin, Orose Et L'Augustinisme Historique*, in «La Storiografia Altomedievale», Spoleto, 1970, págs. 59-87.

<sup>37</sup> Avelino de Jesus da Costa, in «Dicionário De História De Portugal», s. v. *Avito De Braga*, onde se cita a melhor bibliografia.

<sup>38</sup> Idácio, de cuja obra nós todos servimos, continua a esperar por uma edição crítica do seu cronicão e por um estudo profundo da sua obra. Para além de Florez e dos trabalhos de Casimiro Torres e das achegas de Hillgarth veja-se António Cruz, *Tempos e Caminhos*, Porto. 1973, págs. 3-15.

<sup>39</sup> Pode encontrar-se uma boa exposição do problema, devida a Avelino de Jesus da Costa, in «Dic. Hist. de Portugal», s. v.. *Dias Da Semana*.

<sup>40</sup> A análise do *De Correctione Rusticorum*, como em outra altura diremos, bem o mostra.

maneira de designar os dias da semana, se deve explicar, na verdade, pela actuação eclesiástica, já pré-martiniana, mas exercida sobre uma população que ainda não tinha assimilado, nem profunda nem totalmente, a nomenclatura romana<sup>41</sup>.



O primeiro dado certo sobre a existência de cristianismo no Noroeste português é a presença de um presbítero bracarense, Luxúrio, no concílio de Elvira<sup>42</sup>, realizado nos princípios do século IV<sup>43</sup>, embora a data precisa não tenha ainda sido determinada. Anteriormente, em 254, havia já um bispo em Astorga-Leão o que não admira porque era uma zona mais romanizada e muito mais aberta.

O cristianismo fez, durante o século IV, grandes progressos. Na parte final dessa centúria Prisciliano, associando ao cristianismo conhecimentos gnósticos e explicações simplistas, maniqueístas, «d'étranges syncrétismes»<sup>44</sup> e, certamente, algumas crenças típicas da zona, tem um enorme e

---

<sup>41</sup> Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica De Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1948, pág. 41, sugere que tal fenómeno se deve à pregação de S. Martinho de Dume. É uma explicação mítica que não convence. O importante foi a circunstância da cristianização. Em muitas outras partes, apesar do dinamismo posto nessa luta, nada se conseguiu por ser hábito, bem radicado, a fórmula romana.

Até que ponto os indígenas, galaicos, usavam antes da romanização a divisão semanal dos dias? A vida cristã, porém, levava-os a um ritmo litúrgico semanal e à adopção da nomenclatura que os eclesiásticos impunham.

<sup>42</sup> José Vives, *Concílios Visigóticos E Hispano-Romanos*, Barcelona, 1963, pág. 1.

<sup>43</sup> As actas do concílio, embora revelem tempos difíceis para o cristianismo, como bastantes quedas, pelas alusões que fazem a flâmines e a sacerdotes pagãos convertidos, parecem sugerir que nessa altura na zona Sul da Península se dera uma grande viragem a favor do cristianismo.

<sup>44</sup> J. Fontaine, *L'Art Préroman Hispanique*, Zodiaque, 1973, pág. 90. Este livro é extraordinariamente saboroso... sempre... e extraordinariamente convincente, mas só em problemas de cultura.

muito perdurável sucesso<sup>45</sup>. Pelo seu valor e pela veracidade acessível da sua doutrina contagiou todo o Noroeste<sup>46</sup>. Paterno, bispo de Braga, que assistiu ao concílio de Toledo, nas vizinhanças do ano 400, estava já influenciado por essa heresia, que então, repudiou<sup>47</sup>.

O aparecimento de doutrina cristã na Península deve muito a influências africanas. Diversos autores têm acentuado os elos de ligação entre o cristianismo primitivo, hispânico, e o Norte de África, tanto ao nível da cultura<sup>48</sup>, como da liturgia<sup>49</sup> e do santora<sup>50</sup>, como nas formas materiais dos edifícios e da arte cristã<sup>51</sup>. O Noroeste português, nos seus vários testemunhos paleocristãos, confirma esta origem para o seu cristianismo.

No Norte de Portugal, a respeito de edifícios de culto do cristianismo primitivo, estamos reduzidos a quase nada, por falta de trabalhos arqueológicos. Na Falperra, junto a Braga, temos a única construção paleocristã da zona. Trata-se segundo Palol<sup>52</sup>, de um edifício cultural<sup>53</sup>. Perto, há um conjunto de edificações que poderiam ser, segundo o mesmo, monasteriais<sup>54</sup>.

---

<sup>45</sup> Hillgarth, em *The Conversion Of Western Europe, 350-750*, New Jersey, 1969, pág. 52, escreveu. «Priscillianist heresy— the real religion of the land from about 400 to Martin's time, c. 550-80».

<sup>46</sup> Idácio o diz. Ver R. Lopez Laneda, *Prisciliano Su Pensamento Y Su Problema Historico*, Compostela, 1966, págs. 97-99.

<sup>47</sup> Vives, *Concllios... cit.*, pág. 14.

<sup>48</sup> J. Fontaine, *L'Art Préroman*, cit., pág. 32. Idem, *Isidore de Seville Et La Culture Classique Dans L'Espagne Wisigothique*, Paris, 1959, págs. 854-859.

<sup>49</sup> Diaz y Diaz, *En Torno A Los Origenes Del Cristianismo Hispánico*, in «Raíces de Espana», Madrid, 1967, págs. 423-443.

<sup>50</sup> Carmen Garcia Rodriguez, *El Culto De Los Santos En La Espana Romana Y Visigoda*, Madrid, 1966, págs. 26 e 182 e segs.

<sup>51</sup> É numerosa a bibliografia. Salientemos P. de Paiol, *Arqueologia Cristiana De La Espana Romana*, Madrid. 1967.

<sup>52</sup> P. de Paiol, *op. cit.*, pág. 371.

<sup>53</sup> Esta opinião é convincente.

<sup>54</sup> Seria extremamente curioso documentar-se o monaquismo nesse alto, em época tão antiga. Mas esses edifícios, como outros de Fiães ou do Castro de Verde Milho, devem ser de famílias que aí viviam mais seguras que na planície. As escavações facilmente poderão esclarecer o problema.

Os materiais, sobretudo um pedaço de *Late Roman C*<sup>55</sup> e um fragmento de clara D, estampada, com a figura, ao que parece, de um leão<sup>56</sup> sugerem os séculos V-VI para a utilização do edifício. Se, arqueologicamente, tanta é a nossa penúria, não faltam, por outro lado, em actas do concílios e em textos históricos e epigráficos referências a edifícios de culto, sempre designados *ecclesiae* quando eram centros de vida litúrgica e sacramental e nomeados *basilicae* ou *basilicae sanctorum*, fosse como fosse a sua planta, quando o não eram<sup>57</sup>.

Pouco sabemos da progressão do cristianismo nesta zona porque os mais numerosos e valiosos testemunhos deviam chegar-nos da arqueologia... que ainda está por fazer. Escavações sistemáticas em Braga, em Chaves, onde Idácio teve a sua catedral, em Santa Eulália de Águas Santas, Barcelos<sup>58</sup>, em Meinedo, antigamente Magneto e sede de um bispado<sup>59</sup>, no Monte Mosinho<sup>60</sup>, em Vizela<sup>61</sup>, etc., dar-nos-iam, com certeza, muitos elementos para o seu estudo.

---

<sup>55</sup> Jorge Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, pág. 152 e fot. 78.

<sup>56</sup> Rigaud de Sousa, *op. cit.*, pág. 8, fig. 5, n.º 4 dá-nos o seu desenho e entende a figura como sendo um cão. E antes um leão. Do estilo E II de Hayes ou da fase B de Carandini este fragmento é datável entre os meados ao século V e os do VI.

<sup>57</sup> A terminologia jurídica e litúrgica daquele tempo diverge da nossa actual classificação arqueológica.

<sup>58</sup> Aqui temos umas termas romanas, medicinais, cujas águas foram tidas como santas. O culto prístino de Santa Eulália, o encontro de uma coluna, romana, de mármore de zona de Vimioso, com o achamento de sigilata clara D das formas 97 e 104 A de Hayes, datáveis dos princípios ou meados do século VI, sugerem para esse lugar ricas perspectivas paleocristãs. A cerâmica a que aludimos, sendo africana, garante ainda que no século VI perduravam as relações com a África, frequentíssimas nos dois séculos anteriores, como a cerâmica no-lo mostra e até Idácio o diz.

<sup>59</sup> De Meinedo, como sede de bispado, tratarei na segunda parte deste estudo. Para alguns achados romanos veja-se a nota 12.

<sup>60</sup> Aqui apareceu uma colher de tipo paleocristão que se guarda no Museu de Etnografia do Porto.

<sup>61</sup> A utilização das suas águas, ao longo da Idade Média, bem como mosaicos e achados tardios, como anéis, e ainda o facto de aí estar situada uma paróquia suévia. são indícios suficientes para suspeitarmos da sua importância.

Em Braga, além do sarcófago que se encontra no Museu da Sé, dos princípios do século V, feito em mármore de Santo Adrião <sup>62</sup> e estudado por Schlunk <sup>63</sup> e de duas taças de vidro, muito fragmentadas, com o monograma constantiniano gravado <sup>64</sup>, dos fins do século IV ou princípios do V, nada mais se conhece. Reconheçamos que é muito pouco.

Na região do Douro <sup>65</sup>, a começar em Frende, há alguns achados paleocristãos surpreendentes. O mosaico funerário de Frende, de clara influência africana e que Schlunk teve a honra de estudar e valorizar em primeiro lugar <sup>66</sup>, é um deles. Trata-se de uma tampa sepulcral, feita certamente com três lajes e da qual só temos a pedra central, em dente de cavalo, granito grosseiro da zona. O mosaico está, por isso, incompleto, em ambos os extremos, embora se distinga, perfeitamente, o cântaro e talvez a maior parte da inscrição, que Schlunk restituiu e leu: *Palladi vivas Evs(e)bio(s)* (Est. I, 1).

A pedra tumbal, que resta, tem de comprimento 47cm, por 46 de largo e 24 de espessura. O mosaico encontra-se em um campo cavado, com 3 cm de profundidade e 30 de largura. Após uma fina camada de argamassa avermelhada está uma outra esbranquiçada em que assentam as *tesselas*. Estas têm de largura, habitualmente, 7 ou 8 milímetros. São de quatro cores: brancas, escuras, avermelhadas e amareladas. As brancas, que fazem o fundo, são de pedra lioz, abundante na zona de Lisboa; as negras são, ao que parece, de basalto e com elas se fez a inscrição e se limitou o campo da epígrafe e do cântaro. No desenho deste cântaro empregam-se as tesselas vermelhas e as amarelas.

---

<sup>62</sup> Falta-nos um estudo sobre estas pedreiras na época romana. Ele deve ser possível. Quase todas as lápides romanas de Bragança, Miranda, etc., são em mármore dessa providência.

<sup>63</sup> H. Schlunk, *Die Fruhchristlichen Denkmaler Aus Dem Nord--Western Der Iberischen Halbinsel*, in «Legio VII Gemina», Leon, 1970. págs. 488-493.

<sup>64</sup> Jorge Alarcão, *Portugal Romano*, pág. 179.

<sup>65</sup> Como o Ródano na Gália e o Ebro na Espanha o rio Douro parece ter favorecido directa ou indirectamente a expansão do cristianismo. Isto assegura também a importância das comunicações fluviais.

<sup>66</sup> Schlunk, *Die Fruhchristlichen Denkmaler...*, cit., págs. 485-488.

Este mosaico, confeccionado localmente, mas de clara influência africana, deve datar dos meados do século V. Encontrava-se, outrora<sup>67</sup>, como pedra de assento, na velha capela de São João, freguesia de Frende, Baião, a qual assenta sobre um castro<sup>68</sup>. Das paredes desta capela J. Leite de Vasconcelos conseguira fazer retirar três relevos, em granito, romanos, de aspecto pagão. Deles deu notícia nas *Religiões da Lusitania*, interpretando-os, funcionalmente, como frisos de um templo romano<sup>69</sup>. Encontram-se no Museu Arqueológico de Belém.

No adro da capela de São João, aflorando à superfície, vêem-se alicerces de um edifício, fruste, que poderá ser paleocristão<sup>70</sup>. A nascente da cabeceira, em grande laje granítica, há diversas sepulturas cavadas na rocha (Est. I, 2). Será o mosaico tampa de uma destas sepulturas?

Continuemos.

Se este mosaico funerário é, por agora, o único exemplar conhecido na parte ocidental da Península, há notícias de outros e, precisamente, na zona do Alto Douro.

Russel Cortez dá conta<sup>71</sup> que ao alargar-se o adro da capela do Senhor da Boa Passagem, freguesia de Covelinhas, Régua, «foi demolida barbaramente uma sepultura aberta na rocha, tapada por uma tampa decorada com um mosaico de lioz branco e azul, com uma inscrição que não chegou a ser reconhecida»<sup>72</sup>. Correia de Azevedo<sup>73</sup>, referindo-se à mesma

---

<sup>67</sup> Hoje encontra-se no Museu do Seminário do Porto, devidamente exposto. Schlunk data este mosaico dos princípios do séc. V.

<sup>68</sup> Por isso, esse lugar se chama «Castelo». Situa-se entre a foz do rio Teixeira e o rio Douro.

<sup>69</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Religiões Da Lusitania*, vol. III, Lisboa, 1913, págs. 174-477 e 483.

<sup>70</sup> Esperamos que, em breve, uma escavação no-lo possa dizer.

<sup>71</sup> Russell Cortez, *Mosaicos Romanos No Douro*, sep. de «Anais Do Instituto Do Vinho Do Porto», Porto, 1946, pág. 28.

<sup>72</sup> Seria achado duplamente importante porque fornecia uma datação-chave para as sepulturas cavadas na rocha. De resto uma sepultura de inumação de S. Leocádia de Baião (Ricardo Severo, *Portugália, U*, Porto, 1905-1908, pág. 419), datável, pela sigilata clara D que continha, dos fins do séc. IV, tinha já parte do seu leito escavado na rocha.

<sup>73</sup> Correia de Azevedo. *Património Artístico Da Região Duriense*, Porto, 1972, pág. 38.



localidade, diz que «por ocasião da abertura da via férrea do Douro, foram encontrados diversos mosaicos tumulares romanos».

Parece, pois, que a busca arqueológica poderá encontrar muitos mais monumentos deste tipo. Oxalá.

Na região duriense, no castro da Fonte do Milho, ocupado, pelo menos, até ao século V e onde, segundo testemunho de Russel Cortez<sup>74</sup>, havia vestígios da exploração do vinho e do azeite, apareceu uma lucerna cristã, da qual, infelizmente, não nos deu nem desenho nem fotografia. Descreve-a assim<sup>75</sup>: Tem o disco decorado com duas hastes florais, são ramos de oliveira entrecruzados. Entre as folhas terminais pode ler-se um (alpha)  $x$  entre as hastes divisa-se um  $w$  (ómega). No fundo do depósito — divisa-se a marca oficial — LVCRETI»<sup>76</sup>. Tinha a parte do bico partida.

Esta descrição não nos permite imaginar o tipo da lucerna, mas se tinha, realmente, o alfa e o ómega devia ser cristã e talvez do tipo africano, do século IV.

Importante testemunho paleocristão é um anel de ouro, de bom teor, aparecido há dois anos, junto do castro de Fiães, quando se procedia à abertura de uns alicerces.

O anel, com o peso total de 5,15 gramas, tem mesa um pouco oval, em forma de capitel, onde se encastoa uma pedra de pasta vítrea, de cor azul-escura. Nesta pedra está estampada uma lebre e em redor a inscrição ITIVA (Est. I, 3, 4 e 5). Ao longo do seu aro que tem o diâmetro máximo de 19 milímetros e uma secção laminar há uma inscrição, infelizmente muito apagada na parte central do aro, devido ao uso, que finaliza com uma crismon constantiniano (Est. I, 6). Da inscrição lêem-se bem as três primeiras letras FER e as duas últimas, antes do monograma, TA. As outras estão quase apagadas pelo uso.

---

<sup>74</sup> Veja-se a nota 8.

<sup>75</sup> Russell Cortez, *As Escavações Arqueológicas Do «Castellum»*, cit., pág. 61.

<sup>76</sup> LVCRETI é um oleiro de quem se conhece já outra lucerna, de Cacabelos (A. Balil, *Lucernae Singulares*, Bruxelas, 1968, pág. 58. Mas desta também não temos elementos para definir o seu tipo ou época.

O desconhecimento do nome ITIVA nos onomásticos, romano e visigótico, aconselha a considerar esta jóia, apesar do seu aspecto feminino, como anel signatário de um *Avitus*. ITIVA será, por isso, inscrição retrógrada. Nenhuma das letras da inscrição possibilita, pela sua forma, a resolução da questão, embora a posição da lebre e do nome aconselhe a considerá-la como própria de sinete.

O valor desta jóia está, sobretudo, no seu testemunho de paleocristianismo, garantido não só pelo crisma como pelo simbolismo da lebre.

Cedo os adeptos do cristianismo, na sequência da pregação e actuação eclesiásticas<sup>77</sup>, substituíram, nas pedras de anel, os símbolos pagãos por cristãos. Entre estes, ao lado da âncora, da pomba e de outros, está a lebre que, embora não seja um símbolo muito frequente, aparece diversas vezes no Norte de África, em epitáfios e em pedras gravadas<sup>78</sup>. A sua significação simbólica é ainda um pouco obscura<sup>79</sup>.

Não pretendemos estudar, tipologicamente, este anel<sup>80</sup> que tem diversos paralelos, por exemplo, no Castelo de Vermania do século IV. Pela sua forma, pelo seu crismão, sem alfa nem ómega, mas que não tem já, ao que parece, o valor de abreviatura, este valioso anel deve datar da segunda parte do século IV<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> Clemente de Alexandria, no princípio do século III, recomenda aos seus fiéis, no *Pedagogo*, que gravem nos seus anéis símbolos cristãos. Cfr. C. Pietri, in «Encyclopaedia Universalis». Paris, s. v. *Chrétien Primitif* (art).

<sup>78</sup> Aparece mesmo em um anel africano. Cfr. H. Leclercq, in «Dictionnaire D'Archéologie Chrétienne», s. v. *Anneaux*.

<sup>79</sup> Para Rossi o seu significado era obscuro. O seu simbolismo deve derivar da sua corrida veloz. Assim pela rapidez da sua corrida poderá significar a brevidade da vida humana ou o desejo de correr para Cristo. Cfr. H. Leclercq, in «Dict. Arché. Chrét.», cit. S. v. *Lièvre*.

<sup>80</sup> Ele será estudado no relatório da última campanha de escavação juntamente com outros anéis aparecidos e também do século IV.

<sup>81</sup> Não sei bem qual o contexto em que apareceu. Só sei que entre aquela terra, onde foi encontrado, descobri fragmentos de sigilata hispânica e um pequeno fragmento de sigilata clara D, estampada, do estilo A de Hayes. Tudo isto pode condizer com os meados ou segunda parte do século IV.

Sobre as manifestações de paleocristianismo, no Noroeste, há ainda duas inscrições que muito importa referir e comentar. Habitualmente, os primeiros sintomas arqueológicos da nova fé costumam detectar-se em grafitos e em epitáfios de necrópoles. A nossa zona não deverá fazer excepção, embora sejam problemáticamente cristãs as que vou apresentar.

Em Gulpilhares, concelho de Gaia, no Alto da Vela e perto da igreja, José Fortes escavou uma necrópole com «aspecto humilde», de que nos deixou uma breve notícia<sup>82</sup>. Neste cemitério encontrou, além de uma faca e contas, 181 vasos de cerâmica comum que, tendo em atenção as moedas aparecidas, datou do século IV. Porém, o encontro de duas lucernas de disco<sup>83</sup>, uma das quais do tipo III-B de Ponsich, talvez obrigue a dar à necrópole maior duração, colocando algumas sepulturas, pelo menos, no século II e outras no século III<sup>84</sup>.

Em um pote, de duas asas<sup>85</sup>, ao longo da parte superior da sua pansa, há um grafito (Est. II, 1) em que se lê perfeitamente: *Severa vivas*. José Fortes entendeu: <sup>86</sup> *Severe vivas*

A inscrição não é confessadamente cristã mas, pelo menos, tem sintomas de nova religiosidade<sup>87</sup>. Infelizmente

---

<sup>82</sup> José Fortes e outros, *Mea Villa De Gaya*, Porto, 1909. págs. 15-18.

<sup>83</sup> J. Fortes, *op. cit.*, fots. 20 o 21.

<sup>84</sup> Seria muito bom reencontrar-se este espólio que então estava no. actualmente desaparecido, Museu de Azuaga de Gaia. R. de Serpa Pinto (*Nótulas Ceramográficas*, sep. de «O Arch. Port.», vol. XXVII, Lisboa, 1930, pág 4), viu este material mas por certo já desfalcado, pois fala só em noventa vasos.

<sup>85</sup> J. Fortes, *op. cit.*, fig. 18.

<sup>86</sup> J. Fortes, *op. cit.*, pág. 17.

<sup>87</sup> O voto *vivas* pode ser pagão mas pode ser também cristão. Compare-se no mosaico de Frende, antes referido, *Palladi vivas...*

não podemos datar com rigor esta vasilha mas parece-nos que deverá ser do século IV<sup>88</sup>.

A inscrição é ainda muito notável sob o ponto de vista paleográfico. Com letras maiúsculas e minúsculas, algumas de tipo cursivo, próprias do alfabeto romano dos séculos IV-V<sup>89</sup>, o nosso grafito é, segundo tudo indica, bastante anterior ao epitáfio de *Rogata*, encontrado em Marim, Algarve. Esta última, por ter no formulário a expressão — *famula Dei* — dificilmente será anterior aos meados do século V<sup>90</sup>.

Em Sardoura, Castelo de Paiva, no lugar de Valdemides<sup>91</sup>, apareceu, em 1932, mais uma necrópole luso-romana. Conseguiu-se salvar algum espólio que o Museu de Antropologia da Universidade do Porto guarda<sup>92</sup>. Além de restos de ossos e de pregos<sup>93</sup> de cerâmica, de uma colherinha e

---

<sup>88</sup> São relativamente vulgares, nesta zona, os vasos sepulcrais com grafitos, marcas ou inscrições. Mas aparecem também em povoados. No museu de Antropologia da Universidade do Porto há dois vasos funerários com inscrição, um dos quais foi estudado por R. de Serpa Pinto no trabalho antes citado. Em Freixo, Marco de Canavezes, vi, há tempos, uma vasilha funerária com esta inscrição gravada: *non vellere Paterna*, certamente com este sentido: não te destruíram, Paterna.

<sup>89</sup> Gomez-Moreno, *Documentación Goda En Pizarra*, Madrid, 1966, págs. 21-22.

Aproveitamos a ocasião para divulgarmos um pequeno fragmento de ardósia, aparecido no Castro de Lerilla, Ciudad Rodrigo, com escrita numérica de um tipo que muito vulgarmente aí se encontra. Esta placa foi outrora oferecida ao Museu de Antropologia da Universidade do Porto onde está exposta (Est. II, 3). Mede de altura 115 milímetros, 90 de largura e 12 de espessura. Altura dos números grafados vai de 5 a 6 milímetros.

<sup>90</sup> Segundo Vives a expressão *famula Dei* só aparece a partir de então.

<sup>91</sup> Perto há um castro e uma outra necrópole que deu materiais um pouco mais antigos.

<sup>92</sup> Agradeço ao Dr. Huett a ajuda que nos dispensou no estudo deste material.

<sup>93</sup> Por isso era certamente cemitério de inumação ou, pelo menos, com sepulturas deste rito.

de quatro fíbulas, em ómega<sup>94</sup>, apareceu uma fruste e pequena lápide funerária que vamos analisar<sup>95</sup> (Est. II, 5).

É uma estreita e mal afeiçoada placa de ardósia que mede 56cm de alto por 14 de largo. Apresenta linhas para ordenação do texto com traçado muito superficial. Também o texto, à maneira de grafito, está mais riscado que, propriamente, gravado. As letras são muito pequenas. Têm cerca de 2 centímetros.

Esta lápide pertence à mesma *officina* que as do cemitério luso-romano de Espiunca<sup>96</sup>. Embora o formulário seja diverso, o xisto é semelhante e são bem parecidas a grafia, as linhas condutoras e a forma de gravar as letras.

A inscrição, cuja leitura não oferece dificuldade, diz:

D. M. S.  
AVITIANV  
S FATVM  
FUNCSET  
VIII K NOVEM  
BRIS ANNORV  
XXV VTERE FE  
LIX

Desdobrando, temos: D (*is*) M (*anibus*) S (*acrum*).  
AVITIANVS FATUM FUNCSET VIII K (*alendas*) NOVEMBRIS  
ANNORV (m) XXV.VTERE FELIX.

*Avitianus*, cujo nome formado do de *Avitus* devia ser vulgar, morreu a 24 de Outubro.

---

<sup>94</sup> Osvaldo Freire, *Algumas Fivelas De Bronze Do Museu Antropológico Da Universidade Do Porto*, in «Lucerna», vol. IV, Porto, 1965, págs. 211-213.

<sup>95</sup> Encontra-se depositada no Museu de Antropologia da Universidade do Porto.

<sup>96</sup> D. de Pinho Brandão, *A Epigrafia Latina Do Concelho De Arouca E Alguns Dos Seus Problemas*, in «Studium Generale», vol. IX, Porto, 1962, págs. 316-317.

Anotemos que a grafia *funcset* por *funxit* é normal. Mais especial é não encontrarmos o verbo em forma depoente, conforme a regra gramatical. Cremos que a lápide, no formulário e na expressão *utere felix*, denuncia uma época cristã e se poderá datar dos fins do século IV, ou, quando muito, dos princípios do V. *Fatum funcset* por *recessit* ou por expressão idêntica denuncia, como adiante diremos, uma peculiar crença noroestina no fatalismo. A expressão *utere felix*, na parte final do epitáfio, é muito mais enigmática e, talvez ainda, mais significativa; voto frequentemente gravado em «instrumenta», anéis, páteras, fivelas<sup>97</sup>, etc, na época paleocristã, não se compreende bem em lápide funerária,... a não ser...

Bem importante parece esta descrição para a história das crenças religiosas numa época em que o cristianismo da zona estava quase identificado com o priscilianismo. É certo que na lápide não há qualquer clara alusão ao cristianismo, mas a expressão *fatum funcset*, «cumpriu o destino» está ligada a crenças no fatalismo que os priscilianistas defenderam. Concordante<sup>98</sup> é ainda a análise da expressão *utere felix*, «usa com felicidade», fórmula de sabor paleocristão. A sua grafia em lápide funerária, ou revela uma certa ignorância, o que não parece, ou é denunciadora de especiais crenças, relativas à vida do além túmulo<sup>99</sup>. Também nisto há uma ambiência priscilianista, insinuação às suas enigmáticas alusões a círculos celestes e a migrações das almas.

A falta do nome do pai é habitual em formulários cristãos, mas também se poderá relacionar com a condenação

---

<sup>97</sup> H. Bullinger, *Utere Felix: A Propôs De La Garniture De Ceinturion De Lyon*, in «Gallia». vol. XXX, 1972, págs. 276-283.

<sup>98</sup> Infelizmente esta relativa concordância não serve para «prova real».

<sup>99</sup> Julgamos pouco provável que a fórmula *utere felix* se reportasse à utilização de objectos tumulares ou do próprio sepulcro.

de casamentos e da procriação que a mesma heresia defendia <sup>100</sup>.

Em trabalho relativamente recente <sup>101</sup>, M. Vigil e A. Barbero, na sequência de velhas sugestões e um pouco à semelhança de alguns aspectos da questão donatista do Norte de África, procuraram explicar o sucesso do priscilianismo na Galécia, entendendo-o como resultante de um clima social de revolta contra magnates, bispos e Império. Mais que a Fontaine <sup>102</sup> parece-me, a mim, absolutamente forçada uma tal explicação: nem os escritos de Prisciliano, ele próprio bispo, nem a sua actuação diante de bispos e de concílios, nem as actas destes permitem tal explicação. Tudo parece indicar que na Galécia, sem grande «vilas» e em que um relativo comunitarismo castrejo ainda se não esquecera, não havia clima social propício a essas revoltas. O bagaudismo não era de cá. Por outro lado, a análise da Crónica de Idácio mostra-nos bem que o povo sentia com os seus chefes e se revoltou mesmo, quando, em Portucale, os suevos mataram alguns *honestiores*.

A análise das doutrinas e práticas priscilianistas bem como o estudo do *De Correctione Rusticorum* ficarão para outro lugar <sup>103</sup>. Vamos terminar este nosso intento historio-

---

<sup>100</sup> Sobre esta heresia longa é a bibliografia. Além do livro de Caneda, já referido, veja-se Mário Martins, *Correntes Da Filosofia Religiosa Em Braga (Séculos IV-VII)*, Porto, 1950, págs. 41-125; e Ramos Y Loscertales, *Prisciliano — Gesta Rerum*, Salamanca, 1952.

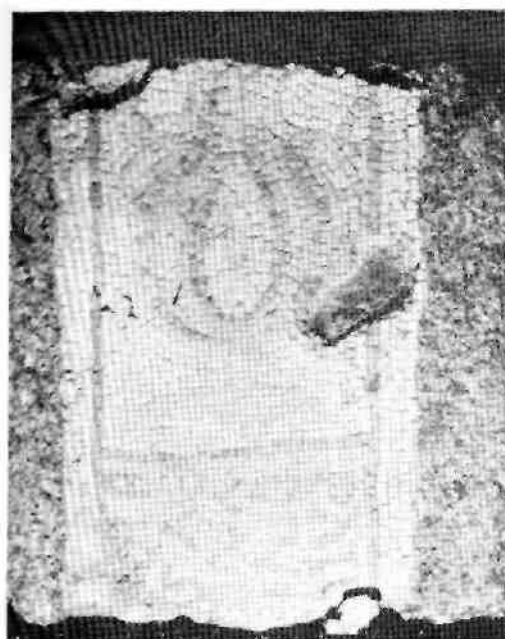
<sup>101</sup> M. Vigil — A. Barbero, *Algunos Problemas Sociales Del Norte De La Península, A Fines Del Imperio Romano*, in «Comunicaciones A La I Reunion De Historia De La Economia Antigua De La Península Iberica», Valencia, 1968. págs. 81-89.

<sup>102</sup> J. Fontaine, *L'Art Préroman*, cit., págs. 89-90.

<sup>103</sup> Na Homenagem a Jorge Dias, para a qual preparamos o seguinte trabalho: *Paganismo — Sua Sobrevivência No Ocidente Peninsular*. Sobre o *De Correctione Rusticorum*., apesar das belas achegas de J. Le Goff, *Les Paysans Et Le Monde Rural Dans La Literature Du Haut Moyen Age*, in «Agricultura E Monde Rurale...», Spoleto, 1966, págs. 723-741; Goff, *Culture Cléricale Et Traditions Folkloriques...*, in «Niveaux De Culture Et Groupes Sociaux», Paris, 1971, págs. 21-32 e do importante estudo de M. Meslin, *Persistances Paiennes En Galice, Vers La Fin Du VI Siècle*, in «Hommages A Marcel Renard», t. II, Bruxelas, 1969, págs. 512-524, nós, que nos ocupamos no paleo-folclore da zona durante anos diversos, teremos uma palavra a dizer.

gráfico quando quase batíamos às portas da conversão suévia. Prometemos não aguardar muito tempo. A finalizar que se nos permita acentuar que essa extraordinária aceitação do cristianismo priscilianista, no Noroeste peninsular, se deve explicar por uma especial «idiossincrasia» da região e pelo facto de o priscilianismo ter uma antropologia e uma mundividência muito mais claras e acessíveis que as do cristianismo ortodoxo. Assim, uma vez mais, e sempre, a peculiaridade e o tradicionalismo do Noroeste se impôs, marcando mesmo o seu paleocristianismo.

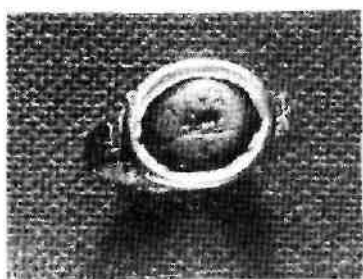




1 — Mosaico funerário de Frende



2 — Sepultura aberta na rocha de Frende



3 — Mesa do anel de Fiães



4 — Aspecto do mesmo anel



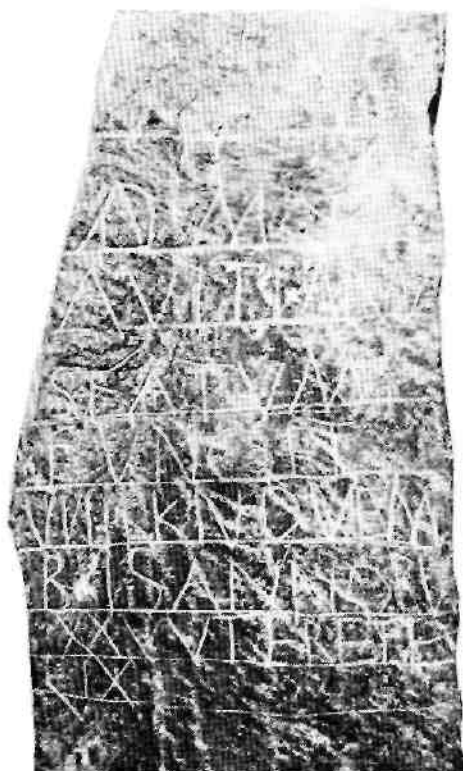
5 — Inscrição no seu aro



6 — Aspecto do crisma constantiniano

TEVEΛWVIVAY

1 — Grafito de Gulpilhares (segundo J. Fortes)



2 — Inscrição de Sardoura



3 — Inscrição visigótica de Lerilla